



Fras-le S.A.

**Manual para Participação
Em Assembleia Geral de Acionistas**

**Assembleia Geral Ordinária
04/04/2013**



Índice

1. Mensagem da Administração	3
2. Orientações gerais sobre assembleia geral	4
2.1. Assembleia geral ordinária (AGO)	4
2.2. Assembleia geral extraordinária (AGE)	4
3. Orientações para participação nas assembleias gerais	5
3.1. Acionistas	5
3.2. Procuradores	5
4. Edital de Convocação	6
5. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas na AGO de 04/04/2013	7
(a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012	7
(b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos	7
(c) Eleger, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal	7
(d) Fixar a remuneração dos administradores e, se eleitos, dos Conselheiros Fiscais	8
6. Anexos	
Anexo I - Modelo de procuração sem orientação de voto	9
Anexo II - Modelo de procuração com orientação de votos	10
Anexo III – Comentários dos Diretores - Informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência	11
Anexo IV - Proposta de destinação do lucro líquido - Anexo 9-1-II da ICVM 481/2009	47
Anexo V - Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência	50
Anexo VI - Proposta de Remuneração e informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência	53

1. Mensagem da Administração

Caxias do Sul (RS), 04 de março de 2013.

Prezados Acionistas,

Apresentamos o Manual para Participação de Acionistas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, contendo orientações para a participação e exercício do direito de voto sobre as matérias incluídas na ordem do dia da assembleias a ser realizada às 15 horas do dia 04 de abril de 2013, que acontecerá na sede social da Companhia, localizada na cidade de Caxias do Sul, Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta.

Os assuntos a serem tratados constam da ordem do dia e estão descritos no Edital de Convocação publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, estando também disponível na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.fras-le.com/ri, da CVM, www.cvm.gov.br e da BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

Este Manual contempla os documentos referidos nos Artigos 10 e 12, da Instrução CVM 481/09 e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto, possibilitando aos senhores participarem da discussão de questões relevantes para a Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,

Raul Anselmo Randon
Presidente do Conselho de Administração

Daniel Raul Randon
Diretor-presidente e de Relações com
Investidores

2. Informações gerais sobre as assembleias gerais

As matérias relativas às assembleias gerais estão regulamentadas nos Artigos 121 a 137 da Lei 6.404/76 e nos Artigos 13 a 16 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das assembleias gerais se dá mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria a ser alterada. O prazo de antecedência da primeira convocação será de, no mínimo, 15 dias e o da segunda convocação de 8 dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instala-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto; em segunda convocação, instala-se com qualquer número.

As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

As assembleias gerais da Companhia são convocadas, instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por outro Conselheiro ou, na falta destes, por presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

2.1. Assembleia Geral Ordinária (AGO)

A assembleia geral ordinária é realizada nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e, **(iii)** eleger os membros do Conselho de Administração e, quando for o caso, os membros do Conselho Fiscal.

Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, nos termos do disposto na Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM 481/09, serão disponibilizados aos acionistas:

- (a) relatório anual dos administradores;
- (b) cópia das demonstrações financeiras e Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFPs;
- (c) comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência;
- (d) parecer dos auditores independentes;
- (e) parecer do Conselho Fiscal;
- (f) proposta de destinação do lucro líquido, conforme Anexo 9-1-II da ICVM 481/09;
- (g) informações indicadas no Artigo 10 da Instrução CVM 481/09, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores; e,
- (g) a proposta de remuneração dos administradores e as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

2.2. Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

A assembleia geral extraordinária será realizada sempre que os interesses sociais o exigirem e, quando tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem $\frac{2}{3}$ (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, podendo instalar-se com qualquer número em segunda convocação.

Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na assembleia geral extraordinária serão disponibilizados aos acionistas, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da respectiva assembleia.

3. Orientações para participação nas assembleias gerais

3.1. Acionistas

Os acionistas da Companhia poderão participar das assembleias gerais comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto, levando em conta a espécie de ações que possuam (ordinárias e/ou preferenciais) e as matérias a serem votadas.

Para participar e votar nas referidas assembleias os acionistas **(ii)** deverão apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante e, **(ii)** quando pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as assembleias gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome, nacionalidade, residência, a quantidade e o tipo de ações de que forem titulares.

3.2. Procuradores

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos. As procurações deverão ter o reconhecimento da firma do outorgante em tabelionato de notas.

Com o objetivo de auxiliar os acionistas, a Companhia disponibiliza modelos de procuração anexos, sendo o Anexo I, modelo de procuração sem orientação de voto e o Anexo II, modelo de procuração com orientação de votos, nesta hipótese o procurador deverá votar observando estritamente as instruções contidas nas respectivas procurações.

Os acionistas poderão, ainda, outorgar procuração com textos diferentes dos aqui sugeridos, desde que estejam de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

As procurações lavradas em idioma estrangeiro, antes de seu encaminhamento à Companhia, deverão ser traduzidas para o português por tradutor juramentado.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembleias gerais.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembleias gerais. Com a finalidade de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das assembleias, o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério do acionista, serem depositados na sede da companhia, preferencialmente, com antecedência de, pelo menos, dois dias úteis da data prevista para a realização das assembleias gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço ri@fras-le.com ou, alternativamente pelo fax (54) 3239-1905.

Endereço para envio dos documentos:

Fras-le S.A. - Relações com Investidores

Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945 - Bairro Forqueta
95010-550 – CAXIAS DO SUL - RS

4. Edital de Convocação

O Edital de Convocação para a assembleia, a ser realizada no dia 04 de abril de 2012, será publicado nas edições 04, 05 e 06 de março de 2013, nos jornais “Pioneiro”, de Caxias do Sul, e “Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul”, com teor a seguir transcrito:

Assembleia Geral Ordinária

Convocação

Convidamos os acionistas a se reunirem na sede da Companhia, Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, RS, às 15 horas do dia 04 de abril de 2013, para se reunirem em Assembleia Geral ordinária e tratar da seguinte ordem do dia:

- (a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012;*
- (b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos;*
- (c) Eleger, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal; e,*
- (d) Fixar a remuneração global dos Administradores e, se eleitos, a remuneração dos Conselheiros Fiscais.*

Instruções Gerais:

- ⇒ Para participar e votar nas referidas Assembleias os acionistas (i) deverão apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante; (ii) caso sejam representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; e, (iii) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações.*
- ⇒ As informações complementares previstas na Instrução CVM 481/09, assim como o Manual para Participação em Assembleias Gerais de Acionistas, contendo as informações, orientações aos acionistas e o detalhamento das matérias constantes da ordem do dia, encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, www.fras-le.com/ri, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, www.cvm.gov.br e da BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.*
- ⇒ Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@fras-le.com ou do telefone (54) 3239-1517 e 3239-1951.*

Caxias do Sul, 04 de março de 2013.

*Raul Anselmo Randon,
Presidente do Conselho de Administração.*

5. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas na AGO de 04/04/2013

A seguir esclarecimentos acerca de cada um dos itens objeto para deliberação na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 04 de abril de 2013.

(a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012;

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS, foram apreciadas pelos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, no dia 21 de fevereiro de 2013. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável e o Conselho de Administração as considerou em condições de serem submetidas aos acionistas e aprovada na AGO.

Tais documentos foram disponibilizados aos acionistas no dia 27 de fevereiro de 2013 e publicados nas edições de mesma data dos jornais nos jornais “Pioneiro”, de Caxias do Sul, e “Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul”.

No dia 04 de março de 2013, foram disponibilizado aos acionistas, os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481/09, que também estão anexos, identificados como Anexo III.

Os Diretores, a teor do disposto no Artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/09, declararam que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS, bem como com as opiniões expressas por essa Auditoria no respectivo relatório.

Sobre este item da ordem do dia, terão direito a voto os acionistas titulares de ações ordinárias.

(b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos;

Em 20 de fevereiro de 2013, a Diretoria elaborou Proposta para destinação do lucro líquido, nos termos previstos no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, a qual foi apreciada pelos Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais no dia 21 de fevereiro de 2013, sendo considerada adequada e em condições de encaminhamento aos acionistas na AGO. A Proposta foi disponibilizada aos acionistas, na rede mundial de computadores, no dia 27 de fevereiro de 2013, sendo enviada à CVM e BM&FBovespa na mesma data.

A Proposta de destinação do lucro líquido de 2011 encontra-se descrita no Anexo IV.

Sobre este item da ordem do dia, terão direito a voto os acionistas titulares de ações ordinárias.

(c) Eleger, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal;

O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto de três a cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos na assembleia geral, com prazo de mandato até a AGO seguinte à sua eleição.

De acordo com a Lei 6404/76, acionistas titulares de 10% das ações com direito a voto ou 5% das ações preferenciais poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. A CVM, pela Instrução CVM nº 324/00, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na

Companhia, o conselho fiscal poderá ser instalado, ocorrendo pedido de acionistas que representarem, no mínimo, 2% das ações ordinárias ou 1% das ações preferenciais.

Conforme preceitua a Lei 6404/76, os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente, igual direito terão os acionistas detentores de 10% ou mais das ações ordinárias. Ao interpretar o referido dispositivo, a CVM expôs o seu entendimento, por meio do Parecer de Orientação CVM nº 19/90, no sentido de que para não se tornar meramente nominal o direito atribuído por lei aos preferencialistas, deve-se entender que, da votação em separado desses acionistas para a eleição de seu representante no Conselho Fiscal, não poderão participar os acionistas controladores, ainda que detentores também de ações preferenciais.

Cumpra-se destacar o entendimento emitido pelo Colegiado da CVM nas reuniões de 06 de maio de 2008 e de 23 de setembro de 2008, no sentido de que o requisito de "10% ou mais das ações com direito a voto" previsto no artigo 161, parágrafo 4º da Lei 6404/76 não se refere ao número de ações que o minoritário presente à assembleia precisa deter para eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do conselho fiscal, mas sim ao número de ações com direito a voto detidas por todos os acionistas minoritários da companhia.

Poderão ser eleitos para compor o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador em empresa ou de conselheiro fiscal.

A Companhia recomenda que o acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem indicar membro para compor o Conselho Fiscal e respectivo suplente, compareçam a AGO, munidos do nome, qualificação e currículo do candidato, observando as mesmas regras e condições de eleição.

Caso seja requerida a instalação do conselho fiscal por acionistas minoritários ou preferencialistas, e forem eleitos dois membros, respectivamente, o acionista controlador indicará mais dois membros titulares e seus respectivos suplentes e abdicará da prerrogativa legal de manter a maioria de membros do Conselho Fiscal.

Nesse sentido, o acionista controlador, Randon S.A. Implementos e Participações, indicará **Benilda Waschow** e **Carlos Osvaldo Pereira Hoff**, como membros titulares; e, **Georges Pitseys** e **Renato Francisco Toigo**, como membros suplentes, respectivamente.

No Anexo V encontram-se as informações adicionais sobre cada um dos candidatos indicados pelo acionista controlados, nos termos do disposto nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

(d) Fixar a remuneração global dos Administradores e, se eleitos, a remuneração dos Conselheiros Fiscais.

Cabe, ainda, a assembleia geral fixar o montante, global ou individual, da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. De acordo com o disposto no § 3º do Artigo 17 do Estatuto Social, a verba poderá ser votada de forma individual para cada membro, ou de forma global, cabendo então ao conselho de administração proceder a sua distribuição por membro.

A administração da Companhia submete aos Acionistas, para exame e deliberação, propostas para Remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal, a qual está descrita no Anexo VI, juntamente com as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

Sobre este item da ordem do dia, terão direito a voto os acionistas titulares de ações ordinárias.

Anexo I – Modelo de procuração sem orientação de voto

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

{Pessoa natural} [nome do acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor] e inscrito no CPF [nº de inscrição no CPF], com endereço [endereço completo].

{Pessoa jurídica} [nome do acionista], com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº [nº do CNPJ], neste ato representada em conformidade com seus atos constitutivos.

OUTORGADO

[nome do procurador], [estado civil], [profissão], [se advogado, informar o nº de inscrição na OAB], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [nº do CPF], com endereço [endereço completo].

PODERES

Específicos para representar o OUTORGANTE, na qualidade de acionista da Fras-le S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 88.610.126/0001-29, na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 04 de abril de 2013, na sede social, localizada na Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, RS, podendo, para tanto, exercer o direito de voto que lhe cabe como titular de ações de emissão da referida Companhia, inclusive apresentar propostas, examinar, discutir e votar qualquer matéria ou assunto submetido à deliberação na referida Assembleia, assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for, para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

[cidade e estado], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura com firma reconhecida]

Anexo II – Modelo de procuração com orientação de voto

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: {Pessoa natural} [nome do acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor] e inscrito no CPF [nº de inscrição no CPF], com endereço [endereço completo], ou **{Pessoa jurídica}** [nome do acionista], com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº [nº do CNPJ], neste ato representada em conformidade com seus atos constitutivos.

OUTORGADO: [nome do procurador], [estado civil], [profissão], [se advogado, informar o nº de inscrição na OAB], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [nº do CPF], com endereço [endereço completo].

PODERES: Específicos para representar o OUTORGANTE, na qualidade de acionista da Fras-le S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 88.610.126/0001-29, na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 04 de abril de 2013, na sede social, localizada na Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, RS, podendo, para tanto, exercer o direito de voto que lhe cabe como titular de ações de emissão da referida Companhia, inclusive apresentar propostas, examinar, discutir e votar qualquer matéria ou assunto submetido à deliberação na referida Assembleia, assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for, para o bom e fiel cumprimento deste mandato, obedecendo, obrigatoriamente, a seguinte orientação de votos.

Ordem do Dia		
(a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012;		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
(b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos;		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
(c) Eleger, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal; e,		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
(d) Fixar a remuneração global dos Administradores e, se eleitos, a remuneração dos Conselheiros Fiscais;		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()

[cidade e estado], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura com firma reconhecida]

Anexo III – Comentários dos Diretores – Informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2010

Em função da mudança da prática contábil brasileira para a plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, a Fras-le elaborou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Por este motivo as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquele período (BRGAAP), estão sendo apresentadas para fins de comparação com os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais (IFRS).

Devido aos resultados do ano de 2009 estarem afetados pelos efeitos da crise que atingiu a economia mundial neste período, as análises do exercício de 2010, aqui apresentadas, foram elaboradas comparando a evolução dos números de 2010 com os números dos anos de 2009 e também de 2008, proporcionando dessa forma uma comparação mais próxima da evolução histórica.

Durante o exercício de 2010, a Fras-le atingiu níveis expressivos de crescimento, tanto em volumes de vendas como também em faturamento. Este desempenho se deve, principalmente, pela intensificação do processo de internacionalização dos negócios da Companhia, onde o crescimento nos volumes de exportações e volumes vendidos pelas unidades do exterior foram superiores a evolução apresentada nos volumes do mercado interno. Internamente foram somados esforços para controlar os gastos e reduzir custos operacionais, que combinado com os volumes maiores, proporcionou à Companhia crescer em todos os indicadores de desempenho, comparado com os anos de 2009 e 2008.

No mercado nacional as vendas para montadoras mostraram recuperação durante o ano de 2010, aumentando a sua representatividade sobre o total das receitas da Companhia, fato que comprova a plena recuperação deste mercado após a crise econômica e financeira de 2009. As vendas para o segmento de reposição também se mantiveram aquecidas ao longo de 2010.

No mercado externo as exportações apresentaram evolução expressiva em 2010, atingindo recorde tanto em volumes como também no faturamento em dólar, comparado aos exercícios de 2009 e 2008. Melhor ainda foi o desempenho total no mercado externo, considerando exportações mais os números obtidos pelas unidades controladas no exterior. Mesmo com a retração nas taxas do dólar, a receita líquida em reais originária do mercado externo, também apresentou níveis de crescimento significativos. É oportuno destacar que as vendas para os países do Nafta, que tradicionalmente são o destino da maior fatia das exportações da Companhia, tiveram o melhor desempenho da história no exercício de 2010, principalmente pela crescente demanda por lonas de freios para veículos comerciais (blocos) nestes países.

Operando na China desde julho de 2009, a Fras-le Ásia após um ano de atividades passou pela primeira expansão durante o ano de 2010, com acréscimo de área, máquinas e funcionários. Além da ampliação da capacidade produtiva também foi agregado uma área adicional de 4.400 m² para abrigar

almoxarifados, expedição de produtos e laboratório de controle de qualidade, além da área administrativa.

Durante o ano de 2010 a unidade da Ásia também conquistou a certificação ISO 9001, abrindo espaço para a unidade certificar as suas pastilhas produzidas dentro dos padrões da exigente norma Européia ECE-R90, um requisito essencial para negociar com a comunidade européia, que significa estar credenciado como fornecedor de primeira linha naquele mercado. Além disso, a unidade da China também iniciou a produção e comercialização de pastilhas de freio para veículos comerciais.

A unidade da Fras-le na Argentina e a Suspensys implementaram em 2010 o projeto FASYS, o qual consiste em uma parceria entre as duas empresas para montar e distribuir eixos no mercado argentino. Os eixos, montados na unidade da Fras-le, além de ser um produto novo e atender todos os requisitos de qualidade daquele mercado, também são muito competitivos, sendo que as estratégias de distribuição estão alinhadas com a realidade econômica da Argentina.

No ano de 2010 também ocorreu, pela terceira vez consecutiva, a certificação da Fras-le no Brasil na norma ISO/TS 16949, já na versão 2009 e de acordo com as novas regras escritas pelo IATF-Força Tarefa Automotiva Internacional. Foram certificados os processos de desenvolvimento e manufatura de lonas de freio, lonas moldadas, pastilhas para freio a disco e sapatas para freio.

A Fras-le também foi certificada em 2010 na norma OHSAS 18001 - Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional, norma que busca a adequação das condições do trabalho, no que tange à segurança, saúde dos funcionários, prestadores de serviços e visitantes.

As Empresas Randon, entre elas a Fras-le, escolheram um novo sistema integrado de gestão empresarial (ERP) para otimizar a eficiência operacional e dessa forma suportar o crescimento esperado para os próximos anos. Com o novo ERP da SAP, a empresa espera obter uma melhor e maior aderência às demandas estratégicas, necessidades de gestão e dos processos de negócio. Ao longo de 2010, uma equipe formada por funcionários de todas as áreas e empresas do grupo, e também, por profissionais da SAP trabalharam no desenvolvimento do projeto, que tem expectativa para ser concluído até o final deste exercício.

- **Receita bruta total**, antes da consolidação: R\$ 694,1 milhões ou 16,6% superior à 2009 e 17,1% maior que 2008;
- **Receita líquida consolidada**: R\$ 509,5 milhões ou 19,0% mais que 2009 e 17,9% maior do que 2008;
- **Receita líquida no mercado nacional**: R\$ 282,3 milhões ou 14,5% superior à 2009 e 11,2% mais que 2008;
- **Receita líquida no mercado externo**: R\$ 227,2 milhões ou 25,1% mais que 2009 e 27,3% maior que 2008;
- **Exportações Fras-le Brasil (FOB)**: US\$ 106,8 milhões ou 31,9% superior à 2009 e 25,2% maior que 2008;
- **Faturamento no mercado externo (Exportações e unidades do exterior)**: US\$ 129,6 milhões ou 40,6% superior à 2009 e 30,5% mais que 2008;
- **EBITDA**: R\$ 77,0 milhões ou 44,5% superior à 2009 e 14,4% maior que 2008;
- **Lucro bruto consolidado**: R\$ 151,1 milhões ou 21,5% maior que 2009 e 16,5% superior à 2008;
- **Lucro líquido consolidado**: R\$ 48,4 milhões ou 20,7% superior à 2009 e 89,8% mais que 2008.

2011

Devido a plena aderência às práticas internacionais de contabilidade, a Fras-le elaborou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Por este motivo as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2009, utilizadas neste relatório, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquele período (BRGAAP), estão sendo

apresentadas para fins de comparação com os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais (IFRS).

Durante o exercício de 2011, a Fras-le atingiu níveis expressivos de crescimento, tanto em faturamento como também em volumes de vendas, mesmo com taxas do dólar desfavoráveis durante nove meses do ano, fato que compromete a rentabilidade das exportações.

No último trimestre de 2011, a Fras-le continuou com seu plano de expansão, implantando o novo ERP (SAP) em todas as áreas da Companhia. A migração ao novo ERP (SAP) oportunizou a revisão e refinamento dos processos operacionais da companhia, ocasionando, assim, mudanças positivas nas práticas e rotinas da organização e de seus colaboradores. No entanto, a migração exigiu maior esforço à companhia, que direcionou seus recursos para a implantação deste investimento, o qual passou por um período de adequação organizacional às novas práticas adotadas.

No mercado nacional as vendas para montadoras apresentaram crescimento, com aumento dos volumes de venda e faturamento. Em virtude da implantação do novo ERP (SAP), a Companhia passou por contratempos operacionais que dificultaram o atendimento à demanda do mercado de reposição.

O mercado externo continuou apresentando evolução ao longo de 2011. Este desempenho se deve, principalmente, pela intensificação do processo de internacionalização dos negócios da Companhia, onde o crescimento nos volumes das exportações e das unidades do exterior foi expressivo. É oportuno destacar que as vendas para os países do Nafta se mantêm como o principal destino das exportações da Companhia, principalmente pela crescente demanda por lonas de freios para veículos comerciais (blocos) nestes países.

Cumprindo os objetivos estratégicos da Companhia de ser reconhecida como um fornecedor global, as unidades do exterior continuam apresentando avanços operacionais e mercadológicos consistentes. Investimentos continuam sendo realizados em aumento de capacidade produtiva e tecnológica na companhia e nas unidades da China e EUA.

- **Receita bruta total**, antes consolidação: R\$ 751,2 milhões ou 8,2% mais que 2010 e 26,2% mais que 2009;
- **Receita líquida consolidada**: R\$ 545,6 milhões ou 7,1% mais que 2010 e 27,4% maior do que 2009;
- **Receita líquida no mercado nacional**: R\$ 295,7 milhões ou 4,7% superior à 2010 e 19,9% mais que 2009;
- **Receita líquida no mercado externo**: R\$ 249,9 milhões ou 10,0% mais que 2010 e 37,6% maior que 2009;
- **Exportações Fras-le Brasil (FOB)**: US\$ 115,4 milhões ou 8,1% superior à 2010 e 42,5% maior que 2009;
- **Faturamento no mercado externo (Exportações e unidades do exterior)**: US\$ 151,1 milhões ou 16,6% superior à 2010 e 63,9% mais que 2009;
- **EBITDA**: R\$ 65,8 milhões ou 14,5% inferior à 2010 e 23,5% maior que 2009;
- **Lucro bruto consolidado**: R\$ 138,9 milhões ou 8,1% menor que 2010 e 11,7% superior à 2009;
- **Lucro líquido consolidado**: R\$ 44,0 milhões ou 9,0% inferior à 2010 e 9,8% mais que 2009.

2012

No decorrer do exercício ocorreram diversos eventos pontuais que refletiram no desempenho operacional da Fras-le, tanto de forma quantitativa como também qualitativa, os quais estão elencados a seguir:

- Concentração de esforços para solucionar inconsistências do novo ERP que ainda permaneciam, porém, mesmo atingindo a estabilização no trimestre, ocorreram despesas adicionais com frete

aéreo e outros custos operacionais, devido a baixa eficiência operacional do período novembro de 2011 a janeiro de 2012;

- Consolidação dos resultados da nova controlada Freios Controil, a qual sofre um forte processo de *turnaround* ao longo do trimestre, afetando negativamente o desempenho consolidado da Fras-le no período, sendo que nestes processos são normais resultados mais fracos. Além das despesas administrativas, comerciais e financeiras, os custos de produção da controlada também foram em relação à demanda e faturamento. Houve a necessidade de promover adequações na estrutura e nos processos operacionais da unidade;

- A gestão da Fras-le também promoveu ajustes na estrutura do site de Caxias do Sul, que da mesma forma, refletiram no desempenho;

- O desempenho do mercado externo sofreu reflexos das barreiras comerciais adotada pela Argentina, que comprometeu parte das vendas previstas para o país no trimestre;

- Início da construção de um novo prédio no site de Caxias do Sul para abrigar uma nova expedição de produtos, com a finalidade de melhorar os processos logísticos, adequar a operação para suportar o crescimento da demanda, e proporcionar uma entrega mais ágil aos clientes;

- Início das instalações de novas máquinas e equipamentos na unidade industrial de Prattville, no Estado do Alabama, para produção de lonas de freios para veículos comerciais.

- O mercado externo foi favorecido com a valorização cambial, encerrando o período com evolução em relação às vendas dos trimestres anteriores;

- Durante o segundo trimestre a Fras-le começou a utilizar o benefício fiscal do Reintegra, o qual é dirigido às indústrias exportadoras de bens manufaturados, objetivando a reintegração dos tributos residuais incidentes ao longo da cadeia de produção. Além dos valores correspondentes ao 2T12 também foi utilizado os valores correspondentes ao primeiro trimestre deste ano;

- No 2T12 foi realizado na controlada Freios Controil uma reavaliação em seus ativos, fato que refletiu em uma redução da depreciação da controlada, e resultou em uma considerável reversão nos custos de produção do trimestre.

- No mercado nacional, as vendas para reposição, mesmo com os volumes comercializados mostrando uma pequena oscilação, apresentaram evolução. As vendas para montadoras também apresentaram evoluções no trimestre;

- A valorização nas taxas do dólar para conversão por real foi importante para a manutenção das receitas para mercado externo;

- Mercado externo oscilando nos volumes de exportação, refletindo em receitas menores em dólares, tendo como principais fatores a redução na atividade e sazonalidade do mercado norte americano, e ainda, o cenário recessivo na economia mundial, principalmente na zona do Euro;

- Foi realizado inventário físico na Fras-le, o qual resultou em alguns ajustes, contabilizados em custos operacionais. Ajustes como estes são comuns em um processo de maturação e aprendizado com o novo ERP;

- Ocorreu ainda, a conclusão dos trabalhos dos auditores externos contratados para determinar o valor justo entre os bens adquiridos na compra da Freios Controil, os passivos assumidos e o valor de

aquisição, sendo que foi apontado um ganho de R\$ 7,1 milhões contabilizados na conta outras receitas operacionais;

- A valorização nas taxas do dólar continuou sendo um importante fator para a manutenção das receitas para mercado externo;

- Intensificaram os esforços de readequação do Capital de Giro da Companhia, com ações em três frentes: redução de estoques; negociações de prazos de pagamento com Clientes, além de trabalhos para redução da inadimplência; e negociação com fornecedores para aumento do prazo de pagamento;

- Ocorreu ainda, a implantação do cálculo de ociosidade produtiva, refletindo assim no desempenho operacional da Companhia, em virtude da absorção da ociosidade por custos produtivos no resultado. No 4T12, a ociosidade gerada foi motivada principalmente pelas ações de readequação do Capital de Giro, além da sazonalidade típica, marcada pelo período de concentração de férias dos funcionários.

- Término das instalações da linha de produção de lonas de freios para veículos comerciais da Unidade localizada em Prattville, no Estado do Alabama.

- **Receita bruta total**, antes da consolidação: R\$ 906,8 milhões ou 20,7% superior a 2011 e 30,6% maior que 2010;
- **Receita líquida consolidada**: R\$ 662,8 milhões ou 21,5% mais que 2011 e 30,1% maior do que 2010;
- **Receita líquida no mercado nacional**: R\$ 361,1 milhões ou 22,1% superior a 2011 e 27,9% mais que 2010;
- **Receita líquida no mercado externo**: R\$ 301,6 milhões ou 20,7% mais que 2011 e 32,8% maior que 2010;
- **Exportações Fras-le Brasil (FOB)**: US\$ 100,6 milhões ou 12,9% inferior a 2011 e 5,8% menor que 2010;
- **Faturamento no mercado externo (Exportações e unidades do exterior)**: US\$ 155,7 milhões ou 3,0% superior a 2011 e 20,1% mais que 2010;
- **EBITDA**: R\$ 84,6 milhões ou 29,7% superior a 2011 e 9,9% maior que 2010;
- **Lucro bruto consolidado**: R\$ 168,3 milhões ou 21,2% maior que 2011 e 11,4% superior a 2010;
- **Lucro líquido consolidado**: R\$ 24,7 milhões ou 43,8% inferior a 2011 e 48,9% a menos que 2010.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipótese de resgate

Estrutura de Capital (em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Em 31/12/2012		Em 31/12/2011		Em 31/12/2010			
Capital Próprio	368.033	368.033	350.218	350.904	324.734	325.057		
Capital Terceiros	420.299	528.362	367.070	429.379	336.678	361.485		

Em relação a possibilidade de resgate de ações e cotas, não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor do resgate

Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Fras-le apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez e solvência. A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Financiamentos (em R\$ mil)

	Indexador	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				BRGAAP	IFRS		
				2012	2011	2012	2011
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	9.696	7.954	9.696	7.954
BNDES	TJLP	2,5% a 4,5% a.a.	15/07/13	57.569	57.099	57.578	57.099
EXIM	TJLP	9% a.a.	15/06/13	50.429	800	50.429	800
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/02/21	668	211	668	211
Empréstimos capital de giro – Freios Control	TJLP	9% a.a.	15/08/17	-	-	10.011	-
Moeda estrangeira:							
Adiantamentos de contratos de câmbio US\$ 22.730 mil	Varição cambial + deságio	1,7% a 2,73% a.a	14/11/13	46.449	34.881	46.449	34.881
Empréstimos bancários US\$ 1.353 mil	Libor	4% a.a.	30/08/18	-	-	2.765	4.474
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a	08/09/14	-	-	-	5.656
BNDES US\$ 233 mil	Varição cambial	2,5% a.a.	15/07/13	477	761	477	761
IFC financiamento de US\$ 6.707 mil	Varição Cambial + Libor	3% a.a.	15/10/17	13.706	2.590	13.706	2.590
Resolução 2770 NCE	Varição cambial + Libor 6M	4,5% a.a.	20/03/20	1.290	-	1.290	-
				180.284	104.296	193.069	114.426
Não circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	31.382	24.901	31.406	24.901
BNDES	TJLP	4,2% a 4,5% a.a.	15/07/13	-	32.756	-	32.756
EXIM	TJLP	9% a.a.	15/06/13	-	74.292	-	74.292
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/02/21	16.840	15.411	16.840	15.411
Empréstimo bancário capital de giro – Freios Control	TJLP	9% a.a.	15/08/17	-	-	12.563	-
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários US\$ 24.000 mil	Libor	4% a.a.	30/08/18	-	-	49.044	46.895
Empréstimos bancários \$ 13.370 mil	-	20,6% a.a.	08/09/14	-	-	4.758	-
BNDES	Varição cambial	2,5% a.a.	15/07/13	-	442	-	442
IFC financiamento	Varição Cambial + Libor	2,25% a.a.	15/10/17	-	12.505	-	12.505
Resolução 2770 NCE	Varição cambial + Libor 6M	4,5% a.a.	20/03/20	102.175	-	102.175	-
				150.397	160.307	216.786	207.202
Total de empréstimos sujeitos a juros				330.681	264.603	409.855	321.628

Fontes de Liquidez adicional:

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Cronograma de amortização anual da dívida de longo prazo – R\$ milhões						
Período	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2019
Valor	30	36	33	45	33	39

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de, R\$ 70.423 em 31 de dezembro de 2012, (R\$70.341 em 31 de dezembro de 2011), e avais/fianças da Fras-le S.A., no valor de R\$18.793 em 31 de dezembro de 2012 (R\$29.293 em 31 de dezembro de 2011).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, e os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2012 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ações em tesouraria

No dia 26 de julho de 2006 e no dia 26 de abril de 2007, o Conselho de Administração, considerando o disposto na alínea “p” do Artigo 21 do Estatuto Social e atendidos os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, bem como da Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações, autorizou a aquisição pela Companhia de 1.600.000 ações preferenciais de sua própria emissão, respectivamente, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

A operação teve por objetivo aproveitar a oportunidade de investimento para a Companhia, considerando o preço de cotação das ações preferenciais na bolsa de valores, sendo as aquisições realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros constantes do último balanço aprovado pela AGO/E de 13 de abril de 2007. As ações foram adquiridas durante o período de 27 de novembro de 2008 a 04 de fevereiro de 2009, na quantidade de 1.600.000 ações preferenciais, por preço de cotação em bolsa de valores, a um custo médio ponderado de R\$ 2,429 por ação, sendo que o custo máximo foi de R\$ 2,65 e o custo mínimo de R\$ 2,25.

Em 7 de abril de 2010, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária, onde foi deliberada e aprovada a bonificação em ações na proporção de 50%. Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria foi acrescida de 800.000 ações preferenciais, totalizando 2.400.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2012.

O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 5,02.

Provisões - Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, na data base 31 de dezembro de 2012, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora:

Passivo contingente	2012			2011			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2012	2011
a) cível	743	1.836	2.520	166	1.715	2.353	-	-
b) tributário	-	14.081	189.329	-	12.922	173.739	12.370	5.146
c) trabalhista	258	6.880	1.251	1.070	6.425	1.168	255	272
d) previdenciário	4.146	2.209	-	4.258	2.040	-	622	631
Total	5.147	25.006	193.100	5.494	23.102	177.260	13.247	6.049

Consolidado:

Passivo contingente	2012			2011			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2012	2011
a) cível	1.744	1.836	2.520	166	1.671	2.353	-	-
b) tributário	2.947	14.081	189.329	292	12.590	173.739	12.564	5.148
c) trabalhista	465	6.880	1.251	1.070	6.260	1.168	255	272
d) previdenciário	4.146	2.209	-	4.258	1.988	-	622	631
Total	9.302	25.006	193.100	5.786	22.509	177.260	13.441	6.051

Cível – A maioria das ações são indenizatórias movidas por ex-funcionários em função dos distratos;

Tributário – Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando têm probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a) *Créditos Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido* — A Companhia foi autuada no valor de R\$10.789, pela Receita Federal do Brasil referente a não adição na receita bruta para fins da base de cálculo da receita líquida do crédito de exportação a título de IPI.
- b) *Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte* – A Companhia foi autuada no valor atualizado de R\$131.347, referente a pagamentos

regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agente por agenciamento de vendas e serviços. Os valores incluem principal, multa e juros. A Receita Federal pronunciou-se em resposta a apresentação de defesa da Companhia, já reconhecendo a operação desta como intermediação comercial adequada para transações que representam 29% do montante discutido. Os demais valores permanecem em discussão administrativa junto a Receita Federal.

- c) *Imposto de Renda e Contribuição Social* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas na aquisição do controle acionário pela sua controladora Randon S.A. Implementos e Participações e parcela a título de gastos com assessoria externa. A Receita Federal glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro líquido. O valor do processo é de R\$7.891.
- d) *IPI, PIS, COFINS* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor atualizado do processo é R\$10.416. No primeiro semestre de 2012 foi realizado um depósito judicial referente a este processo no valor de R\$ 7.223, nº 5012882902114047107, com a finalidade de ser discutido a desconsideração da dedutibilidade da assunção de dívidas objeto da retificação da declaração de rendimentos do ano de 1996, base 1995 e conseqüentemente, a desconsideração dos valores a restituir.
- e) *Imposto de Importação* – A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção – Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e conseqüente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96, no valor de R\$7.321. A controlada apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.
- f) *IPI* – A Companhia foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro a setembro de 1997 no valor atualizado de R\$4.629. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.
- g) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$75.
- h) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$1.905.
- i) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de

créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$207.

- j) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$740.
- k) ICMS – A companhia foi autuada em 2011 pela SEFAZ/RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte das aquisições de aço. R\$2.346.

Trabalhista – diversas reclamationárias trabalhistas vinculadas em sua maioria à vários pleitos indenizatórios;

Previdenciário – atuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

i. resultados das operações do emissor, em especial:

Segue, demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados nas datas de 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 (em IFRS).

	2012	2011	2010
Receita Bruta Total (sem eliminações)	906,8	751,2	694,1
Receita líquida consolidada	662,8	545,6	509,5
Lucro bruto consolidado	168,3	138,9	151,1
Lucro líquido consolidado	24,7	44,0	48,4
Lucro operacional Próprio (EBIT) – Consolidado	51,0	42,8	56,1
EBITDA Consolidado	84,6	65,2	77,0
Endividamento financeiro líquido consolidado	183,9	73,0	36,1
Resultado financeiro líquido (Rec.financeira-desp.financeira)	(19,0)	14,7	6,7
Despesas administrativas e comerciais consolidadas	120,9	(90,2)	(83,6)
Lucro consolidado por ação (em reais)	0,2474	0,4404	0,4841
	Valores em R\$ milhões		

iii. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm de:

- (a) Vendas nacionais de materiais de fricção, produtos que são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, borrachas, fibras, abrasivos, lubrificantes, etc.
- (b) Vendas internacionais de materiais de fricção, produtos que são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, borrachas, fibras, abrasivos, lubrificantes, etc.

Estes mesmos componentes se aplicam para os exercícios de 2012, 2011 e 2010.

iv. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2010

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 70,3% da receita líquida consolidada ou R\$ 358,4 milhões no exercício de 2010 contra R\$ 303,7 milhões ao exercício de 2009 e que representou 70,9% da receita líquida. Com isso houve uma importante redução de R\$ 2,2 milhões nos custos dos produtos vendidos em 2010 proporcionalmente a receita líquida consolidada, fato que foi possível pelos trabalhos focados em melhorias nos processos produtivos.

Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 151,1 milhões no acumulado de 2010 e representou 29,7% da receita líquida consolidada, uma evolução de 0,6 pontos percentuais em relação a 2009, quando o lucro bruto totalizou R\$ 124,4 milhões ou 29,1% da receita líquida consolidada.

Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2010 totalizaram R\$ 95,0 milhões, representando 18,7% sobre a receita líquida consolidada, enquanto em 2009 representou 21,1%, ficando em R\$ 90,7 milhões. Esta redução em termos percentuais está relacionado à trabalhos internos focados em redução de custos operacionais e também evolução da receita líquida consolidada.

2011

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 74,5% da receita líquida consolidada ou R\$ 406,7 milhões no exercício de 2011 contra R\$ 358,4 milhões ao exercício de 2010 e que representou 70,3% da receita líquida. Com isso houve um importante avanço nos custos dos produtos vendidos em 2011 proporcionalmente a receita líquida consolidada, fato que se deve ao aumento da demanda Global e conseqüente pressão por aumentos nos preços de matéria-prima.

Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 138,9 milhões no acumulado de 2011 e representou 25,5% da receita líquida consolidada, Também refletindo o cenário econômico de pressão inflacionária.

Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2011 totalizaram R\$ 96,1 milhões, representando 17,6% sobre a receita líquida consolidada, enquanto em 2010 representou 18,7%, ficando em R\$ 95,0 milhões.

2012

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 74,6% da receita líquida consolidada ou R\$ 494,4 milhões no exercício de 2012 contra R\$ 406,7 milhões ao exercício de 2011 e que representou 74,5% da receita líquida. No exercício de 2012 ocorreram custos adicionais com adequação nos estoques na Fras-le Brasil e baixa de estoques obsoletos na unidade dos Estados Unidos - (pontual); Reestruturação da controlada Freios Controlil, custos operacionais maiores na unidade industrial dos Estados Unidos devido à fase pré-operacional de instalação das máquinas para a uma nova linha de lonas de freio para veículos comerciais; elevação da depreciação em virtude de novos ativos, adoção do cálculo da ociosidade operacional (impactado em virtude das ações de redução de necessidade de capital de giro.

Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 168,3 milhões no acumulado de 2012 e representou 25,4% da receita líquida consolidada, Também refletindo o cenário de custos maiores.

Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2012 totalizaram R\$ 117,3 milhões, representando 17,7% sobre a receita líquida consolidada, enquanto em 2010 representou 18,6%, ficando em R\$ 96,2 milhões.

j. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

2010

Mesmo com um dólar médio de R\$ 1,76 em 2010, o qual foi 13,1% inferior aos R\$ 1,99 de 2009, o faturamento em reais no mercado externo apresentou uma considerável evolução, totalizando R\$ 227,2 milhões em 2010, valor 25,1% superior ao ano de 2009 e 27,3% maior que 2008. Este fato se deve, principalmente pelo aumento nos volumes vendidos no mercado externo.

2011

No mercado externo, mesmo com as taxas do dólar menores nos primeiros três trimestres do ano, o faturamento em reais apresentou uma considerável evolução, totalizando em 2011 o montante de R\$ 249,9 milhões, valor 10,0% superior ao ano de 2010 e 37,6% maior que 2009. Do total de receitas no mercado externo em 2011, a importância de R\$ 58,6 milhões se refere a receitas geradas pelas controladas da Fras-le no exterior.

2012

O bom desempenho apresentado pelo Mercado Externo em 2012, considerando o atual cenário econômico, foi reflexo do comprometimento da Companhia com o objetivo estratégico de ser reconhecida como um fornecedor global, as unidades do exterior apresentaram avanços operacionais e mercadológicos consistentes. O faturamento em dólar no mercado externo em 2012, no montante de US\$ 155,7 milhões, apresentou índice de crescimento, mesmo com a oscilação apresentada nas exportações através do Brasil, representando 3,0% sobre 2011 e 20,1% em relação a 2010.

k. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

2010

Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 77,0 milhões ou 15,1% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2009 registrou R\$ 53,3 milhões ou 12,5% sobre a receita líquida. A margem apresentou uma pequena queda em virtude de reajustes de preços em algumas *commodities* terem sido superior a meta prevista.

Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou 2009 em R\$ 19,9 milhões, aumentou para R\$ 36,1 milhões no final de dezembro de 2010, o equivalente a 5,6 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). Apesar das amortizações, ocorreu no período a contratação de um novo e expressivo financiamento no montante de R\$ 56,0 milhões junto ao Banco Santander/EXIM.

Resultado Financeiro líquido

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) que em 2009 havia encerrado positivo em R\$ 19,7 milhões, encerrou o exercício de 2010 em R\$ 6,7 milhões, também positivo.

2011

Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 65,8 milhões ou 12,1% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2010 registrou R\$ 77,0 milhões ou 15,1% sobre a receita líquida. A oscilação nas margens também reflete o aumento da demanda Global e pressão por aumentos nos preços dos insumos, com o conseqüente aumento dos custos operacionais.

Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou 2010 em R\$ 36,1 milhões, chegou a R\$ 73,0 milhões no final de dezembro de 2011, o equivalente a 13 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). Apesar das amortizações de R\$ 127,2 milhões em 2011, ocorreu no período a contratação de um novo financiamento no montante de R\$ 24,3 milhões junto ao Banco Santander/EXIM, R\$ 50,0 milhões com BNDES/EXIM, além de R\$ 44,1 milhões em contratações de ACC's.

Resultado Financeiro líquido

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) que em 2010 havia encerrado positivo em R\$ 6,7 milhões, encerrou o exercício de 2011 em R\$ 14,7 milhões, também positivo.

2012

Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA consolidado de 2012, em linha com o desempenho operacional, somou R\$ 84,6 milhões, atingindo evoluções significativas de 29,7% em relação a 2011 e 9,9% sobre 2010. A margem de geração operacional de caixa de 2012, medida pelo método EBITDA, ficou em 12,8%, o que representa um crescimento de 0,8 pontos percentuais em relação a 2011, e também, oscilação de 2,3 pontos percentuais comparado a 2010.

Endividamento financeiro líquido consolidado

Dos recursos ingressados na Companhia em 2012, através das liberações de novos financiamentos, parte deles estão aplicados no mercado financeiro. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 225,9 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 183,9 milhões. É importante destacar que com a quitação antecipada de dívidas financeiras da controlada Controil foi possível uma considerável redução em despesas financeiras ao longo do exercício, além da renegociação do restante da dívida para o longo prazo com taxas de juros reduzidas.

Resultado Financeiro líquido - O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) que em 2011 havia encerrado positivo em R\$ 14,7 milhões, encerrou o exercício de 2012 com uma oscilação de - R\$ 19,0 milhões.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2010

Já em fase operacional desde julho de 2009, a unidade industrial da China passou durante o exercício de 2010 pela primeira expansão, com acréscimo de área e máquinas, sendo que praticamente duplicou a sua capacidade produtiva.

2011

No final de 2011 a Fras-le informou ao mercado a aquisição da Freios Controil Ltda, localizada em São Leopoldo, na Grande Porto Alegre (RS), que atua na fabricação de autopeças, componentes para freios e soluções para polímeros automotivos. O valor da transação foi de R\$ 10 milhões, onde a Fras-le ainda assumiu a integralidade da dívida da Controil, de aproximadamente R\$ 49 milhões. Com a aquisição, a Fras-le ampliou e diversificou o seu portfólio de componentes para freios, além de agregar soluções para polímeros automotivos. A Fras-le assumiu efetivamente o controle e gestão da empresa em janeiro de 2012.

2012

A Consolidação dos resultados da nova controlada Freios Controil, que passou por um forte processo de *turnaround* ao longo de 2012, afetou negativamente o desempenho consolidado da Fras-le no período, sendo que nestes processos são normais resultados mais fracos. Além das despesas administrativas, comerciais e financeiras, os custos de produção da controlada também foram em relação à demanda e faturamento. Houve a necessidade de promover adequações na estrutura e nos processos operacionais da unidade;

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Os diretores devem comentar:

I. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) e os novos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2008.

a) Controladora (R\$ mil)

	31/12/07	Data da transição -	
		01/01/2008	
	Saldos	Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	<u>192.411</u>	<u>2.978</u>	<u>195.389</u>
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.800	-	91.800
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978
Resumo dos ajustes			
{a} Ajustes contra lucros acumulados			<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado			4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros			67
{a3} Ajustes a valor presente			(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos			(1.535)

b) Consolidado(R\$ mil)

	31/12/07	Data da transição -	
		01/01/2008	
	Saldos	Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	<u>191.790</u>	<u>2.978</u>	<u>194.768</u>
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.179	-	91.179
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978
Resumo dos ajustes			
{a} Ajustes contra lucros acumulados			<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado			4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros			67
{a3} Ajustes a valor presente			(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos			(1.535)

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquela data (BRGAAP antigo), foram apresentadas para fins de comparação e contemplam os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações individuais e consolidadas, a data de transição foi considerada como sendo 1º de janeiro de 2009, sendo esta data para mensuração inicial e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas

pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010 também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2012 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2012 também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

m. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 – em R\$ mil.

	Controladora 2008	Consolidado 2008
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	26.856	25.522
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	2.978	2.978
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(321)	(321)
Despesa de depreciação de bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro	187	187
Despesas financeiras decorrentes de contratos de arrendamento financeiro	10	10
Reversão despesas de leasing	(344)	(344)
Ajustes a valor presente de contas a receber e contas a pagar		
Receita financeira	(7.732)	(7.732)
Receita de vendas	8.585	8.585
Despesa financeira	3.045	3.045
Custo dos produtos vendidos	(3.166)	(3.166)
Ajustes acumulados de conversão	1.991	1.991
Diferenças temporárias de IR e CSLL	(90)	(90)
Lucro líquido sem os efeitos da Lei 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	31.999	30.665
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória No 449/08	5.143	5.143
	Controladora 2008	Consolidado 2008
Patrimônio líquido em 31 de dezembro		
Ajustes na data da transição reconhecidos em	210.079	208.125
Lucros acumulados	(2.978)	(2.978)
Ajustes acumulados de conversão	(1.991)	(1.991)
Diferença entre o resultado líquido de 2008 e o resultado ajustado	5.143	5.143
Patrimônio líquido em 31 de dezembro 2008, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	210.253	208.299

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs e IFRS para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1 de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs e IFRS. Esta seção, explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para reapresentar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial anteriormente publicado, preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e IFRS, e foram preparadas em conformidade com o CPC 37 e 43 e com o IFRS1.

A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação de certas informações contidas nas informações trimestrais (ITRs), de 2010 apresentadas anteriormente, e que já incluíam os ajustes requeridos em formato comparativo com 2009.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou algumas isenções opcionais e algumas exceções de aplicação retrospectiva.

Exceções de aplicação retrospectiva

Estimativas

As estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas registradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

Isenções adotadas

Custo atribuído:

A Companhia aplicou o valor justo para determinar itens de seu ativo imobilizado (terrenos, edificações e certas máquinas e equipamentos) ao valor justo na data base de 1º de janeiro de 2009. O laudo de avaliação dos bens foi realizado por Empresa especializada, que determinou o seu valor justo em R\$ 244.303, um aumento de R\$92.941, registrado no ativo imobilizado em contra partida no patrimônio líquido, na conta de resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

Os efeitos decorrentes da adoção do valor justo para alguns ativos imobilizados, em 1º de janeiro de 2009, foram:

	1/1/2009 publicado	Ajuste do custo atribuído	1/1/2009 reapresentado
Terrenos	1.080	22.625	23.705
Prédios e benfeitorias	43.719	25.071	68.790
Maquinas e equipamentos	226.744	45.245	271.989
Outros imobilizados	39.395	-	39.395
Total	310.938	92.941	403.879

Benefício a empregados:

De acordo com as avaliações da Companhia, foi aplicada a isenção prevista em relação à contabilização de benefícios pós-emprego a empregados e registrados os ganhos e perdas atuariais e os custos dos serviços passados não reconhecidos até a data de transição, na conta de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Esses ganhos e perdas atuariais na data da transição foram calculados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 Benefícios a empregados. Os ganhos e perdas atuariais apurados em período subsequente à data de transição foram reconhecidos via outros resultados abrangentes. Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes, não existem ativos e passivos a serem reconhecidos na data de transição.

Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informações financeiras do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, entraram em vigor nos exercícios de 2010 e/ou 2009. A adoção não produziram impacto significativo nestas demonstrações financeiras, mas podem impactar a contabilização de transações ou contratos futuros:

- IAS 16 (emenda) - Ativo Imobilizado;
- IAS 19 (emenda) - Benefícios a Empregados;
- IAS 23 (emenda) - Custos de Empréstimos;
- IAS 32 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 38 (emenda) - Ativos Intangíveis;
- IAS 39 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- IFRS 1 (emenda) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações;
- IFRS 3 Combinações de Negócios (revisada);
- IFRS 5 - Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- IFRIC 12 – Contratos de concessão;
- IFRIC 13 – Programa de fidelização de clientes;
- IFRIC 17 – Distribuições de Ativos Não Monetários a Acionistas;
- IFRIC 18 – Transferência de ativos de clientes;
- IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais medidas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária adicional e a informação comparativa necessária.
- IAS 32 Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros: Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014, a Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeira.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Compensação entre ativos Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 Divulgações de participação em outras entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente contidas na IAS 27 relativas a demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Essas divulgações se referem às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, coligadas e entidades

estruturadas. Algumas novas divulgações são também requeridas, contudo não têm nenhum impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

- ***IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo***: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação para fins das IFRS para todas as mensurações de valor justo. A IFRS 13 não muda quando uma entidade é requerida a usar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo segundo as IFRS quando valor justo é requerido ou permitido. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que essa norma terá sobre a sua posição financeira e desempenho contudo, com base nas análises preliminares, nenhum impacto material é esperado. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

n. ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Não se aplica.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são descritas conforme segue:

Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 8 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, julgadas pela administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos, máquinas e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores

duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Fras-le S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fras-le Argentina S.A. (a)	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	100,00	100,00
Fras-Le Middle East (c)	100,00	-
Freios Control Ltda (b)	99,99	-

(a) Sociedades controladas no exterior

(b) Empresa adquirida em 2012

(c) Empresa constituída em 2012

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço é reconhecida com base no serviço prestado.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é

contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

ii. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.4i.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as estimativas de custos de conclusão e os necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Edificações	12 a 59 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 45 anos
Moldes	2 a 12 anos
Veículos	3 a 9 anos
Móveis e utensílios	2 a 25 anos
Equipamentos de informática	1 a 8 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por valor redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 8 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 17%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 15%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados dedutivamente do custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Impostos diferidos

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada – contribuição definida, (Nota 22). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Após a mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxo de caixa do ativo expirarem; e (ii) o Grupo transferir os seus direitos de receber fluxo de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A Companhia registra instrumentos financeiros como *hedge accounting*, classificados na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista no objeto de *hedge*, assim como os períodos previstos de transferências dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilização são registrados da seguinte forma:

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando o Grupo mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou separado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Com base nas melhores práticas, a Fras-le, através da estrutura de Auditoria Interna da controladora Randon SA Implementos e Participações, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

A estrutura de pessoas supracitada, com dedicação exclusiva, assim como os investimentos em tecnologia e em capacitação de pessoal, confirma que a gestão de controles internos e *compliance* na Randon é efetiva, atendendo às exigências dos órgãos reguladores.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são freqüentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais *frameworks* de controles.

Nos testes efetuados, não foram identificadas, até o momento, deficiências que possam comprometer a segurança dos controles internos.

Oportuno ressaltar os benefícios, em âmbito corporativo, advindos da crescente difusão da importância da cultura de controle, investimentos em recursos tecnológicos, incremento da qualidade dos processos operacionais e administrativos e da robustez dos controles associados e aprimoramento dos requerimentos voltados às melhores práticas de Governança Corporativa.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente é relacionado o seguinte:

No parecer dos auditores independentes emitido sem ressalvas para as demonstrações financeiras da Fras-le encerradas em 31 de dezembro de 2012 está por eles relatados o seguinte: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fras-le S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Fras-le S.A. essas práticas

diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais**

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial:**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Em 31 de dezembro de 2012, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos:**
- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**
- c. novos produtos e serviços, indicando:**

2010

Mesmo com uma forte pressão nos custos de produção, a Companhia conseguiu atingir crescimentos em praticamente todos os indicadores econômicos, Além disso conseguiu realizar investimentos de R\$ 40,6 milhões, que superaram em 51,5% o valor investido em 2009. Os investimentos concentraram-se, basicamente, para o aumento de capacidade produtiva, em especial as linhas de lonas para veículos comerciais (blocos) e unidade da China.

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o BNDES, o IFC e o FINEP, EXIM, conforme já demonstrado anteriormente.

2011

Aquisição da Freios Controil Ltda.

No final de 2011 a Fras-le informou ao mercado a aquisição da Freios Controil Ltda, localizada em São Leopoldo, na Grande Porto Alegre (RS), que atua na fabricação de autopeças, componentes para freios e soluções para polímeros automotivos. O valor da transação foi de R\$ 10 milhões, onde a Fras-le ainda assumiu a integralidade da dívida da Controil, de aproximadamente R\$ 49 milhões. Com a aquisição, a Fras-le ampliou e diversificou o seu portfólio de componentes para freios, além de agregar soluções para polímeros automotivos. A Fras-le assumiu efetivamente o controle e gestão da empresa em janeiro de 2012.

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o BNDES, o IFC e o FINEP, EXIM, conforme já demonstrado anteriormente.

2012

Os investimentos realizados em 2012 totalizaram R\$ 63,6 milhões, considerando Fras-le e suas controladas do exterior, a maior fatia destes investimentos foi distribuída entre máquinas e equipamentos, construções e reforma e outros investimentos.

Referente à aquisição da Controil, com a apuração dos valores considerados como atividade de investimentos pelos auditores externos, foi reconhecido o valor de R\$19,2 milhões ao final do exercício de 2012. Comparado ao valor de investimento divulgado ao mercado como Guidance, em julho de 2012, o valor realizado foi superior devido, principalmente, às taxas do dólar maior que as taxas utilizadas na projeção dos resultados, e também, pela antecipação dos investimentos na unidade industrial dos Estados Unidos para produzir lonas de freio para veículos comerciais.

Investimentos - R\$ milhões (Fras-le Brasil e unidades do exterior)			
Exercício	2010	2011	2012
Máquinas e equipamentos	20,0	28,3	25,8
Ferramentas	7,0	5,8	1,0
Equipamentos de informática	0,7	0,7	0,7
Móveis e utensílios	0,7	0,2	0,1
Construções e reformas	0,9	0,7	10,1
Intangível-Projeto ERP e software	2,9	10,7	2,7
Outros investimentos	7,8	9,8	23,2
Sub-total	40,6	56,3	63,6
Aquisição intangível (com Controil)			3,0
Aquisição de controlada (Controil)			16,2
Total Geral	40,6	56,3	82,8

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o BNDES, o IFC e o FINEP, EXIM, conforme já demonstrado anteriormente.

Anexo IV – Proposta de destinação do lucro líquido, conforme Anexo 9-1-II da ICVM 481/2009

Proposta da Diretoria

Destinação do Lucro Líquido - 2012

Submetemos aos membros do Conselho de Administração para apreciação, manifestação e encaminhamento à assembleia geral e aos membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer, proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2012.

De acordo com o disposto no Artigo 192 da Lei nº 6404/1976, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Nesse sentido, demonstramos, por meio de tabela comparativa, a proposta para destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como da destinação dos três exercícios anteriores:

Descrição	Proposta 2012	Destinações		
		2011 (R\$)	2010 (R\$)	2009 (R\$)
Lucro líquido do exercício	24.739.093,42	44.036.118,01	48.357.144,12	44.081.464,50
(+) Ajustes relativos à Lei 11.638/07 e IRFS	3.477.606,89	3.622.866,55	1.651.019,88	
Lucro após ajustes	28.216.700,31	47.698.984,56	50.008.164,00	44.081.464,50
(-) Reserva legal	1.410.835,02	2.384.949,23	2.500.408,20	2.204.073,23
Lucro Ajustado (base para dividendos)	26.805.865,29	45.314.035,33	47.507.755,80	41.877.391,28
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	7.997.517,12	16.166.764,22	14.213.228,75	10.336.166,51
Dividendos	1.515.775,87	2.654.427,97	2.652.990,90	4.201.815,92
Reserva geral de lucro (estatutária)	17.292.572,30	26.492.843,15	30.641.536,15	27.339.408,85

Reserva Legal

A destinação do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei 6404/1976 e tem por fim assegurar a integridade do capital social, somente podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

De acordo com a citada Lei e com o disposto na alínea “a” do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei 6404/1976, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva Estatutária (Reserva Geral de Lucro)

O Artigo 194 da Lei 6404/1976 regula a criação das reservas estatutárias. Conforme aquele dispositivo legal, o estatuto social da companhia pode criar reservas desde que, para cada uma: (i) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e, (iii) estabeleça o limite máximo da reserva.

Em consonância com a legislação e com o disposto na alínea “e” do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido que remanescer após as destinações previstas em lei e no Estatuto Social, será destinado a Reserva Geral de Lucros, a qual é destinada a manutenção do capital de giro e não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital social.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme estabelece o artigo 202 da Lei 6404/76 e o Artigo 38 do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, sendo assegurado aos preferencialistas quantia adicional de forma que venham a receber dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada a reserva legal; (ii) importância destinada à constituição de reserva de contingência e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, quando deixarem de existir as razões que justificaram a constituição ou no exercício em que ocorrer a perda, respeitando o Artigo 203 da Lei 6404/1976; e, (iii) importância destinada à constituição de reserva de lucros a realizar e reversão das mesmas reservas, quando os lucros que as constituíram tenham sido realizados no exercício, respeitado o Artigo 203 da Lei 6404/1976.

Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação, *pro rata temporis*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O efetivo pagamento ou crédito ficam condicionados à existência de lucros computados antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

O Estatuto Social não prevê pagamentos regulares de juros sobre o capital próprio aos acionistas, contudo, nos últimos anos, a Companhia optou por sua distribuição, os quais foram calculados em conformidade com a legislação vigente e imputados, pelo valor líquido de Imposto de Renda na Fonte, aos dividendos do mesmo exercício.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos declarados pela Companhia não são atualizados monetariamente.

A proposta de destinação do lucro líquido de 2012 é de distribuir aos acionistas, parcela correspondente a 30% (trinta e cinco) do lucro ajustado, mais importância adicional aos acionistas detentores de ações preferenciais 10% (dez por cento) maior que o atribuído às ações ordinárias, ou seja, 5% (cinco por cento) acima do mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos serão declarados na data da Assembleia Geral Ordinária e o pagamento será realizado integralmente e mediante o crédito, de acordo com a conta corrente e domicílio bancário fornecidos ao Banco Itaú S.A, instituição depositária das ações. As ações serão negociadas *ex-dividendos* a partir do dia seguinte àquele de sua declaração.

Nos quadros a seguir, demonstramos a remuneração aos acionistas, relativa ao exercício de 2012, a ser ratificada na próxima Assembleia Geral Ordinária, bem como os demonstrativos, para comparação, referente aos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício de 2012	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	26.805.865,29		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	8.313.665,42	0,0804328	0,0884760
Juros sobre o capital próprio (valor bruto)*	7.997.517,12	0,0773800	0,0851000
Juros sobre o capital próprio (valor líquido de IRF)	6.797.889,55	0,0657730	0,0723350
Dividendos**	1.515.775,87	0,0146598	0,0161410
* Juros sobre o capital próprio foram declarados em 20/06/2012 e 19/12/2012, ficando <i>ex-juros</i> as posições acionárias detidas em 21/06/2012 e 20/12/2012 e o pagamento iniciado em 17/07/2012 e 30/01/2013			
** Os dividendos serão declarados na próxima AGO em 04/04/2013, ficando <i>ex-dividendos</i> as posições acionárias detidas em 05/04/2013 e pagamento será iniciado em 23/04/2013			

Exercício de 2011	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	45.314.035,33		
Dividendos propostos – 35% mais adicional de 10% para as PN	16.396.177,55	0,1586292	0,1744921
Juros sobre o capital próprio (valor bruto)*	16.166.764,22	0,1564100	0,1720500
Juros sobre o capital próprio (valor líquido de IRF)	13.741.749,58	0,1329485	0,1462425
Dividendos**	2.654.427,97	0,0256807	0,0282496
* Juros sobre o capital próprio declarados em 15/06/2011 e 05/12/2011, pagos em 11/07/2011 e 24/01/2012, ficando <i>ex-juros</i> as posições detidas em 16/06/2011 e 06/12/2011, respectivamente.			
** Dividendos declarados na AGO de 28/03/2012, pagos em 11/04/2012, ficando <i>ex-dividendos</i> as posições detidas em 29/03/2012.			

Exercício de 2010	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	47.507.755,80		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	14.734.235,34	0,1425500	0,1568053
Juros sobre o capital próprio (valor bruto)*	14.213.593,88	0,1375100	0,1512600
Juros sobre o capital próprio (valor líquido de IRF)	12.081.244,44	0,1168835	0,1285710
Dividendos**	2.652.990,90	0,0256668	0,0282343
* Juros sobre o capital próprio declarados em 14/06/2010 e 09/12/2010, pagos em 23/07/2010 e 27/01/2011, ficando <i>ex-juros</i> as posições detidas em 15/06/2011 e 10/12/2011, respectivamente.			
** Dividendos declarados na AGO de 15/04/2011, pagos em 29/04/2011, ficando <i>ex-dividendos</i> as posições detidas em 18/04/2011.			

Exercício de 2009	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	41.877.391,28		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	12.987.557,45	0,188480	0,207320
Juros sobre o capital próprio (valor bruto)*	10.336.166,51	0,150000	0,165000
Juros sobre o capital próprio (valor líquido de IRF)	8.785.741,53	0,127500	0,140250
Dividendos**	4.201.815,92	0,060980	0,067070
* Juros sobre o capital próprio declarados em 18/06/2009 e 04/12/2009, pagos em 10/07/2009 e 28/01/2010, ficando <i>ex-juros</i> as posições detidas em 19/06/2009 e 07/12/2009, respectivamente.			
** Dividendos declarados na AGO de 07/04/2010, pagos em 23/04/2010, ficando <i>ex-dividendos</i> as posições detidas em 08/04/2010.			

Caxias do Sul, 20 de fevereiro de 2013.

Daniel Raul Randon

Gilberto Carlos Crosa

Rogério Luiz Ragazzon

Anexo V - Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

A seguir estão detalhadas as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, na AGO a ser realizada no dia 04 de abril de 2013.

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Conselho Fiscal (indicados pelo acionista controlador):

Membros Titulares		
a. Nome	Benilda Waschow	Carlos Osvaldo Pereira Hoff
b. Idade (data de nascimento)	65 (17/08/1947)	65 (27/04/1947)
c. Profissão	Advogada	Contador
d. CPF	163.342.480-49	055.286.900/72
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheira Fiscal titular	-0-
f. Data da eleição	28/03/2012	-0-
g. Data da posse	17/04/2012	-0-
h. Prazo do mandato	1 ano	-0-
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim

Membros Suplentes		
a. Nome:	Renato Francisco Toigo	Georges Pitseys
b. Idade (data de nascimento)	61 anos (17/05/1951)	66 anos (17/01/1947)
c. Profissão	Contador	Engenheiro mecânico
d. CPF	108.764.210-87	396.874.818-20
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal suplente	Conselheiro Fiscal titular
f. Data da eleição	28/03/2012	28/03/2012
g. Data da posse	-0-	17/04/2012
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

- a. currículo, contendo as seguintes informações:
 - i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
 - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

- b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
- qualquer condenação criminal
 - qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
 - qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Conselho Fiscal – membros titulares

Benilda Waschow

a. Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta – acionista controladora da Companhia) - membro titular do Conselho Fiscal até o ano de 2011 - Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Fras-le S.A. (companhia aberta) – membro titular do Conselho Fiscal - Atividade principal: industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; Universidade de Caxias do Sul (Fundação de ensino superior) - professora titular de disciplinas relacionadas ao Direito Empresarial.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenada em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Carlos Osvaldo Pereira Hoff

a. Exacto Auditoria S.S. - Sócio-diretor de auditoria – empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, integrante do grupo econômico da empresa Exacto Serviços Tributários SS Ltda (De maio/2003 a março/2012); Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta – acionista controladora da Companhia) – membro titular do Conselho Fiscal – Atividade Principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões (de 2008 a 2012); Müller, Prei & Hoff Auditores Independentes S/S – Sócio da empresa de auditoria externa independente devidamente registrada na CVM, desde junho de 2012.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenada em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Conselho Fiscal – membros suplentes

Georges Pitseys

a. Fras-le S.A. (companhia aberta) - membro titular do Conselho Fiscal – Atividade principal: a industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; Try Testes e Simulações Ltda. – Sócio-diretor – Atividade principal: representações e assessoria; Pousada Georges Village (Bombinhas, SC) – Sócio-diretor – Atividade principal: hospedagem. Foi Diretor da Fras-le S.A. (companhia aberta) até dezembro de 2002.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Renato Francisco Toigo

a. Toigo Contadores e Associados Ltda. – sócio-administrador – Atividade principal: empresa de prestação de serviços contábeis e assessoria administrativa e tributária; Fundação Universidade de Caxias do Sul – professor de disciplinas do curso de Ciências Contábeis - Atividade principal: Instituição de Ensino; Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - Diretor Fiscal – Atividade principal: agência reguladora governamental. FENACON - Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas – Diretor de Educação e

Cultura – Atividade principal – associação com sede em Brasília (DF). Não ocupou cargo de administrador em Companhia Aberta nos últimos cinco anos.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
 - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
 - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
 - d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Das pessoas indicadas pelo acionista controlador aos cargos de membros do Conselho Fiscal, nenhuma tem relação de parentesco mencionada no item 12.9 acima.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Carlos Osvaldo Pereira Hoff			Conselheiro Fiscal	
Ano	Empresa	CNPJ	Relação	Cargo
2010	Randon S.A. Implementos e Participações	89.086.144/0001-16	Controladora direta	Conselheiro Fiscal titular
2011	Randon S.A. Implementos e Participações	89.086.144/0001-16	Controladora direta	Conselheiro Fiscal titular
2012	Randon S.A. Implementos e Participações	89.086.144/0001-16	Controladora direta	Conselheiro Fiscal titular
Benilda Waschow			Conselheira Fiscal	
Ano	Empresa	CNPJ	Relação	Cargo
2010	Randon S.A. Implementos e Participações	89.086.144/0001-16	Controladora direta	Conselheira Fiscal titular
2011	-0-	-0-	-0-	-0-
2012	-0-	-0-	-0-	-0-

Anexo VI– Proposta de Remuneração e informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência

Proposta de Remuneração

A proposta de remuneração apresentada pelo acionista controlador contempla a remuneração global a ser distribuída dentre os administradores e a remuneração individual para os membros do Conselho Fiscal.

1. Remuneração dos Administradores

Para o exercício de 2013 (período de janeiro a dezembro) é proposto o montante global anual de até **R\$ 7.356.372,70**, para a remuneração dos Administradores, incluídos nesse montante: (i) os honorários fixos; (ii) a participação nos resultados; (iii) benefícios de FGTS, pós emprego (previdência privada), de plano de saúde e de seguro de acidentes pessoais; e, (vi) importância correspondente as contribuições ao INSS, incidentes sobre a remuneração dos administradores e devidas pela Companhia, conforme recomendação da CVM.

Esse montante justifica-se pela experiência dos Administradores e ao seu alto grau de conhecimento da Companhia, uma vez que a maioria fez carreira na própria Companhia ou em empresas do mesmo grupo econômico, bem como à necessidade de reter talentos num mercado cada vez mais competitivo.

Conforme estabelece o Estatuto Social, o Conselho de Administração procederá a distribuição das importâncias individuais, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria.

A seguir a tabela comparativa da remuneração aprovada na AGO, o valor previsto no Formulário de Referência - FR (tendo em conta os valores distribuídos pelo Conselho de Administração) e o realizado, relativa ao exercício de 2012.

Espécie	Aprovado AGO	Previsto FR	Realizado
Honorários fixos	R\$ 3.187.227,72	R\$ 2.637.375,10	R\$ 2.621.279,02
Participação nos lucros	R\$ 2.255.823,67	R\$ 1.743.377,70	R\$ 480.468,77
Benefícios	R\$ 656.948,61	R\$ 439.112,00	R\$ 338.306,55
Subtotal	R\$ 6.100.000,00	R\$ 4.819.864,80	R\$ 3.440.054,34
INSS			R\$ 399.356,31
Total Geral			R\$ 3.839.410,65

Nota 1 - A diferença entre o valor aprovado na AGO de 2012 e o previsto no FR, ocorre em razão da remuneração individual de cada membro da administração somente ser distribuída pelo Conselho de Administração após a realização da AGO. Também foi considerado um valor adicional, para fazer frente a possíveis mudanças na composição dos órgãos da administração, não previstas na data da realização da AGO.

Nota 2 - As diferenças entre o previsto no FR e o realizado, têm as seguintes procedências: (i) nos honorários fixos observa-se uma redução no valor recolhido a título de INSS, decorrente do incentivo do governo à indústria, com a desoneração da folha de pagamento e a redução do pagamento dos honorários do Conselho de Administração, decorrente da renúncia de um membro; e, (ii) na participação nos lucros, a valor a ser distribuído aos administradores será inferior aquela reconhecida nas Demonstrações Financeiras, tendo em conta a redução do lucro líquido do exercício. O saldo remanescente na conta participação dos administradores deverá ser revertido em favor da Companhia

Para o ano de **2013**, é proposta a seguinte remuneração:

Espécie	AGO 2013
Honorários fixos	R\$ 3.149.677,30
Participação nos lucros	R\$ 2.523.724,43
Benefícios	R\$ 548.290,63
Sub-total	R\$ 6.221.692,36
INSS	R\$ 1.134.680,35
Total Geral	R\$ 7.356.372,70

2. Remuneração dos Conselheiros Fiscais

Para os membros do Conselho Fiscal, se o Órgão for instalado, é proposta a remuneração mensal para os membros em exercício em valor correspondente a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, sem computar no cálculo, os benefícios, as verbas de representação e a participação nos lucros. Os membros suplentes somente serão remunerados caso substituïrem os membros titulares.

A proposta de remuneração está prevista no Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404/1976, sendo que na Assembleia Geral Ordinária de 2012 foi fixada nos mesmos parâmetros.

Informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

Os honorários anuais do Conselho de Administração são pagos em doze parcelas anuais e os honorários da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal são pagos em treze parcelas, sendo duas pagas no mês de dezembro.

A Companhia não tem diretores não estatutários.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta de honorários fixos, de remuneração variável (representada por participação nos lucros), previdência privada, assistência médica; seguro de acidentes pessoais e fundo de garantia por tempo de serviço.

Os honorários mensais fixos têm por objetivo remunerar os administradores pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado; a participação nos lucros visa desafiar os diretores a cada vez mais, buscar resultados que superem os estabelecidos no Planejamento Estratégico; a previdência privada busca garantir renda complementar aos administradores no período pós-carreira; a assistência médica tem como propósito facilitar o acesso à saúde dos administradores e de seus dependentes, se for o caso; o seguro de acidentes pessoais tem por objetivo assegurar aos administradores o custeio das despesas médicas e hospitalares em caso de acidente quando estão em viagem; e, o fundo de garantia por tempo de serviço é para a formação de um pecúlio a ser recebido pelos Diretores quando do seu desligamento.

Os Diretores recebem participação nos lucros, que pode chegar ao montante dos honorários fixos dos administradores ou 8% (oito por cento) dos lucros da Companhia, o que for menor.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, correspondente a 10% da que em média for atribuída a cada Diretor estatutário, não computado no valor a ser pago a participação nos lucros dos Diretores. Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não existe proporção fixa, podendo esta variar de acordo com o desempenho da Companhia e deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração. A participação nos lucros dos administradores obedece aos limites estabelecidos na Lei 6404/76.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores, segregadas entre a Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Ano	Rubrica	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2010	Honorários	36,09%	83,33%	83,33%
	Participação nos lucros	39,32%	-	-
	Previdência Privada	3,26%	-	-
	INSS	15,08%	16,67%	16,67%
	Benefícios	6,25%		
2011	Honorários	39,00%	83,33%	83,33%
	Participação nos lucros	36,15%	-	-
	Previdência Privada	3,40%	-	-
	INSS	15,03%	16,67%	16,67%
	Benefícios	6,42%	-	-
2012	Honorários	59,27%	89,08%	90,23%
	Participação nos lucros	17,93%	-	-
	Previdência Privada	5,76%	-	-
	INSS	10,18%	10,92%	9,77%
	Benefícios	6,86%		

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado, baseadas em pesquisas específicas em empresas do mesmo setor, bem como parâmetros de inflação; a participação nos lucros segue os limites legais, em função do lucro realizado em cada exercício; a previdência privada é reajustada na mesma proporção do reajuste dos honorários fixos; e, a assistência medida obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os honorários são definidos com base nos parâmetros estatísticos de remuneração fixa obtidos em pesquisas salariais específicas, identificados através da comparação de ocupantes de cargos equivalentes no mercado, bem como parâmetros de inflação; e, a participação nos lucros o desafio de otimizar os lucros da Companhia e a superação das metas estabelecidas no planejamento estratégico.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os honorários fixos acompanham práticas de mercado, através de pesquisa específica realizada anualmente e a participação nos lucros acompanha o desempenho da Companhia pelo lucro gerado em cada exercício.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Órgão

Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

b. número de membros

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2010	3,33	5	4
2011	3	5	4
2012	3	5	4

OBSERVAÇÃO: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- INSS
- remuneração por participação em comitês – Não se aplica

Ano	Rubrica	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2010	Honorários	1.442.205,00	784.080,00	175.864,00
	INSS	288.441,00	156.816,00	35.172,80
	Benefícios	249.731,00	-	-
2011	Honorários	1.635.373,67	965.760,00	195.083,77
	INSS	327.074,73	193.152,00	39.016,75
	Benefícios	269.395,75	-	-
2012	Honorários	1.588.318,30	1.032.960,72	211.777,57
	INSS	176.632,11	126.630,45	22.929,16
	Benefícios	183.923,63	-	-
Previsão 2013	Honorários	1.850.413,97	1.299.263,33	241.400,98
	INSS	370.082,79	259.852,67	48.280,20
	Benefícios	372.737,07	-	-

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus – não se aplica
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões – não se aplica
- comissões – não se aplica
- INSS

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Nº de membros	4	-	-
	Participação nos lucros	1.860.270,00		
	INSS	382.836,60	-	-
2010	Nº de membros	3	-	-
	Participação nos lucros	1.571.671,00		
	INSS	314.334,22	-	-
2011	Nº de membros	3	-	-
	Participação nos lucros	1.515.980,61		
	INSS	303.196,12	-	-
2012	Nº de membros	3	-	-
	Participação nos lucros	480.468,77	-	-
	INSS	96.093,75		
Previsão 2013	Nº de membros	3	-	-
	Participação nos lucros	2.523.724,43	-	-
	INSS	504.744,89		

A participação nos lucros relativa ao exercício de 2013 é estimativa, uma vez que será calculada com base nos lucros do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2013.

iii. benefícios pós-emprego

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2010	Nº de membros	3	-	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	130.294,00	-	-
2011	Nº de membros	3	-	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	142.446,36	-	-
2012	Nº de membros	3	-	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	153.500,00	-	-

Previsão 2013	Nº de membros	3	-	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	175.554,00	-	-

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

A Companhia não adota benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

v. remuneração baseada em ações

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2010	3.996.676,06	940.896,00	211.036,80
2011	4.193.701,97	1.158.912,00	234.100,53
2012	2.679.819,48	1.159.591,17	234.706,73
Previsão 2013	5.797.256,71	1.559.115,99	289.681,18

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Valor total em R\$
2010	5.148.608,86
2011	5.586.714,50
2012	4.074.117,38
Previsão 2013	7.646.053,88

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não adota pagamento de remuneração variável, exceto a participação nos lucros.

d. em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Ano	Participação nos Lucros	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2010	Nº de membros	3	-	-	3
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não estava previsto	-	-	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido

	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	1.571.671,09	-	-	1.571.671,09
2011	Nº de membros	3	-	-	3
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	-	-	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	1.515.980,61	-	-	1.515.980,61
2012	Nº de membros	3	-	-	3
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	-	-	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	480.468,77	-	-	480.468,77
Previsão 2013	Nº de membros	3	-	-	3
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	-	-	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	-	-	8% do lucro líquido
	Valor previsto para o exercício	2.523.724,43	-	-	2.523.724,43
OBSERVAÇÃO: O valor máximo previsto para participação nos resultados é calculado de forma que não exceda a remuneração anual dos administradores. Caso os resultados da Companhia não comportem o pagamento do total da remuneração anual prevista, o valor é ajustado de forma que não exceda a um décimo dos lucros, conforme previsto no § 1º do Artigo 152 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.					

- 13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:
- termos e condições gerais
 - principais objetivos do plano
 - forma como o plano contribui para esses objetivos
 - como o plano se insere na política de remuneração do emissor
 - como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
 - número máximo de ações abrangidas
 - número máximo de opções a serem outorgadas
 - condições de aquisição de ações
 - critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
 - critérios para fixação do prazo de exercício
 - forma de liquidação
 - restrições à transferência das ações

- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não possui plano de remuneração em ações

- 13.5.** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Companhia (Fras-le S.A.) – 31/12/2012			
Órgão	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Conselho de Administração	4.064	75.094	79.158
Diretoria		18.150	18.150
Conselho Fiscal	0	0	0
Controladora (Randon S.A. Implementos e Participações) – 31/12/2012			
Órgão	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Conselho de Administração	38.970	1.570.471	1.609.441
Diretoria		51.673	51.673
Conselho Fiscal	0	0	0

- 13.6.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia não possui plano de remuneração em ações.

- 13.7.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis

- iii. prazo máximo para exercício das opções
- iv. prazo de restrição à transferência das ações
- v. preço médio ponderado de exercício
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

A Companhia não possui plano de remuneração em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

A Companhia não possui plano de remuneração em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia não possui plano de remuneração em ações

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano

- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número de membros	3	-
Nome do plano	Randonprev	-
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	-
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	2.622.938,28	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	153.500,00	-
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não existe	-

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Ano	(em R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2010	Nº de Membros	3,33	5	4
	Maior Remuneração	1.597.934,86	643.608,00	52.759,20
	Menor Remuneração	1.140.872,93	99.096,00	52.759,20
	Média da Remuneração	1.199.002,82	235.224,00	52.759,20
2011	Nº de Membros	3	5	4
	Maior Remuneração	1.697.320,26	834.739,20	58.525,14
	Menor Remuneração	1.245.198,55	90.048,00	58.525,14
	Média da Remuneração	1.397.900,66	289.728,00	58.525,14
2012	Nº de Membros	3	5	4
	Maior Remuneração	1.067.108,83	846.822,05	58.832,22
	Menor Remuneração	803.230,63	109.621,73	58.624,84
	Média da Remuneração	893.273,16	231.918,23	58.676,68

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2010	43,03%	68,40%	00%
2011	40,47%	72,03%	00%
2012	39,82%	73,03%	00%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, não recebem outras remunerações além daquela estabelecida para o exercício de seus cargos.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes